



ARTIGOS



Patrimônio Cultural: notas complementares

JOSÉ LIBERAL DE CASTRO*



autor do presente artigo publicou na Revista do Instituto do Ceará, v. 122, ano 2008 (p. 99-148), um texto intitulado *Preservação do Patrimônio Cultural*, em que discorre sobre a incontida destruição de bens culturais materiais e relaciona as tentativas internacionais e nacionais de intervenção oficial em favor da preservação. À parte externar apreciações gerais, aquele texto comentava os valores construtivos, estéticos e simbólicos de bens culturais materiais e apresentava alusões episódicas a decisões tomadas, quer tanto em busca de conservá-los fisicamente, sem modificá-los, quer tanto na procura de alterá-los, ao submetê-los a trabalhos ditos de restauração arquitetônica. O texto, em vista dos intentos, fazia alusão a essa duplicidade de conceitos, que se opõe e, portanto, demarcam posições antagônicas, como se tenta explicar.

A dualidade conceitual, em exame, manifesta-se por via desses dois propósitos que se colidem. Por um lado, um dos conceitos somente contempla trabalhos de *preservação* de bens culturais materiais, quer dizer, *não aceita intervenções físicas* nesses bens. Por outro lado, ao contrário, o conceito opositor *admite atividades de restauração dos bens culturais materiais*, isto é, *concorda com alterações na forma física* de monumentos antigos. A matéria publicada na Revista de 2008 nomeava as duas proposições, ambas trazidas à discussão por Camillo Boito em fins do século XIX, todavia, referidas a um mínimo e reduzidas a texto curto, isto é, com menos de uma página. Ao revisitar o mesmo tema, o presente artigo aparece agora ampliado com as necessárias adições de esclarecimento.

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará

Camillo Boito (1836-1914), arquiteto italiano, citado há pouco, teve berço em família culta. Seu pai era pintor e o irmão mais moço, Arrigo Boito (1842-1918), foi libretista e autor de óperas conhecidas. Camillo Boito diplomou-se em Arquitetura na Academia de Belas Artes de Veneza e, muito jovem, em 1860, exerceu funções de docência na Academia de Belas Artes de Brera, em Milão. Anos mais à frente, viria a se tornar nome respeitado como professor, historiador e teórico.

A posição de Boito provavelmente fincaria raízes numa postura contemplativa em defesa da intangibilidade das obras de arte, “a piedade pelas ruínas”, concitada na “Lâmpada da Memória”, por John Ruskin (1819-1900), um dos mentores do movimento *Arts & Crafts*, ocorrido na Inglaterra da segunda metade do século XIX, contrário à industrialização.

A preservação do passado na Antiguidade

Na Antiguidade, o contato com obras culturais materiais, legadas por um passado distante, gerou vários e diferentes posicionamentos, a alguns dos quais se dispensam referências concisas.

Na chamada Antiguidade Clássica, na Grécia, as obras culturais de períodos vetustos continuaram utilizadas com função social. Em Roma, receberam reparos, tal o desejo de lhes conferir aspecto grandioso, visando à funcionalidade e à reutilização.

Na Idade Média, ficaram desprezadas pelo Cristianismo, tidas como heranças de um mundo pagão.

No Renascimento, ainda não formuladas as tentativas de preservá-las, verificaram-se adaptações e remontagens de obras culturais materiais antigas, bem como a reutilização de restos dispersos de velhas edificações, aplicados em obras novas. Não havia empenho em preservá-las, de tal sorte que, em inúmeras ocasiões, se praticaram verdadeiras pilhagens em valiosos remanescentes arquitetônicos abandonados, numa rapina perpetrada para abastecimento dos canteiros de obras em curso, prática, aliás, interdita em edificações religiosas por determinação papal.

Ainda no Renascimento, em 1416, a descoberta dos manuscritos do tratado de Vitruvius - *Architectura Libri Decem* (Os Dez Livros de Arquitetura), datados de fins do primeiro século da Era Cristã,

guardados na abadia suíça de Saint Gallen, acrescida da participação de figuras emblemáticas do período, quais Ghiberti, Brunelleschi e Leo Battista Alberti, reforçariam o incentivo à execução de trabalhos de restauração, elaborados segundo interpretações pessoais, postas a cargo de artistas famosos.

As escavações nas ruínas de Herculano (em 1738) e Pompéia (em 1748), cidades encobertas pelas cinzas do vulcão Vesúvio no ano de 79 d.C., proporcionaram um testemunho da constituição física e da organização social de formações urbanas contemporâneas dos primeiros tempos da Roma Imperial. Os trechos preservados sob os escombros ofereceriam seguros indícios à percepção do cotidiano daquelas cidades de lazer.

O posterior afastamento da participação dos artistas no processo estimulou a presença dos arqueólogos. Estes se mostravam empenhados em realizar trabalhos de restauração, todavia, expressos por meio de um entendimento empírico, quer dizer, nascido da observação de restos de bens culturais materiais achados, segundo um juízo falto de teorização e de recursos de metodologia científica.

O romantismo

Nos anos centrais do século XIX, particularmente na França (assunto tratado no artigo anterior), os arroubos do Romantismo induziram cometimentos de valia discutível, praticados por arquitetos interessados em Arquitetura Medieval. Entre estes, avultou o nome conhecido de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), para quem, segundo suas palavras, a restauração constituía uma recriação, ou melhor, uma criação artística livre de restrições, cujas formas, regidas pelos conhecimentos técnicos ou pela sensibilidade do arquiteto, em pouco ou até em nada, deveriam relacionar-se com a versão original da obra. Restaurar um edifício, afirmava, seria “integrá-lo em um estado completo, que poderia não ter sequer existido em um dado momento”.

Na Europa, no período, como ação consequente e amplamente perseguida, sobressaíram os trabalhos ditos de “conclusão” de catedrais inacabadas, desenvolvidos consoante concepções pessoais de arquitetos oitocentistas, admiradores da arte medieval, os quais, para a

complementação buscada, interpretavam, com sentimento pessoal, os sumários riscos deixados, havia mais de cinco séculos, pelos mestres construtores antigos.

Concebidas como interpretações românticas, portanto, plenas de liberdade e criatividade pessoal, tais intervenções formais (físicas) não apenas foram efetivadas nas numerosas edificações, então “restauradas”, mas ficaram nelas mantidas até hoje. Apesar de muitas ou quase todas as peças originais, desmontadas e dispersas, tivessem sido posteriormente reencontradas e devidamente identificadas, não foram repostas nas respectivas edificações antigas, das quais procediam. Acompanhadas dos devidos comentários explicativos, essas peças permaneceram expostas à parte, em mostruários especiais, anexos à edificação.

Em dias adiante, impõe-se antecipar, essas proposições construtivas seriam todas radicalmente rejeitadas por sua falsidade.

No grupo de bens culturais, com partes recriadas pela imaginação de Viollet-le-Duc, a igreja catedral de Notre-Dame de Paris destaca-se, por certo, como um dos monumentos mais prestigiosos da Europa, tanto pelo sentimento de religiosidade que desperta nos fiéis como pelos admiradores de sua Arquitetura, apesar das “invenções” que lhe comprometem a integridade original. Recente incêndio na Igreja trouxe à vista velhos problemas.

Um novo entendimento

A unificação da Itália (1848-1870), proclamada como o *Risorgimento* de uma pátria antiga e, ao mesmo tempo, una e nova, estimulou os exames do passado artístico do país como um todo. Na ocasião, entre as numerosas edificações em ruínas e restos arqueológicos deparados, despertaram atenção as obras medievais, realizações anteriores aos dias faustos do Renascimento. A apreciação desses bens, agora norteadas por diferente entendimento, redundou em total reconsideração da matéria, como se tenta esclarecer.

Na Itália, na ocasião, entre as intervenções arquitetônicas ocorridas em um clima oitocentista de euforia, tomaram vulto as obras de um projeto de redesenho da fachada da igreja de Santa Maria del Fiore, a catedral de Florença. Obra iniciada em 1296, sob a orientação de Arnolfo di Cambio (1245-1301 [1310?]), a igreja já fora aumentada em dois momentos distantes. Primeiro, com o elegante *campanile* externo, a torre autônoma, isolada, proposta por Giotto, em 1330. Segundo, logo em seguida, ampliada com a construção da famosa e inovadora cúpula de base octogonal, cujo projeto foi escolhido em concurso público, vencido por Filippo Brunelleschi e erguida entre 1320 e 1336. Destruído, no entanto, o frontispício original da igreja em fins do século XVI e refeito em nova versão, o arquiteto Emilio de Fabris (1807-1883) executou, entre 1871 e 1884, trabalhos de “restauração” da fachada, aliás, já antes muito modificada, recorrendo a um desenho seu, de sua imaginação, motivo da severa verberação de Camillo Boito, tema deste artigo.

A Conferência de Camillo Boito

Quando da Exposição Geral realizada em Turim, em 1884, o arquiteto Camillo Boito proferiu a sua famosa conferência (7 de junho de 1884), intitulada *I Restauratori* (Os Restauradores). Ao ensejo, deplorou a “fúria de restaurar”, “do século XVI em diante”, que desfigurara inúmeros monumentos. Citava e lamentava a participação equivocada dos franceses Ludovic Vitet (1802-1873), Inspetor dos Monumentos Históricos, em seu país, e Prosper Mérimée (1803-1870), novelista famoso, “autor de graciosos romances”.

A conferência de Boito começava com um desabafo pessoal: “Deve parecer assunto tedioso, por culpa do orador, mas que, em si, é belo e variado”. De imediato, no entanto, passava a condenar a metodologia dos restauradores ditos estilísticos, cujas descaracterizações abusivas, não apenas o ajudavam a contestá-los, mas também lhe justificavam apresentar os seus princípios pertinentes à conservação de bens culturais materiais.

O tema da conferência de Boito abrangia Pintura, Escultura e Arquitetura. O presente texto, contudo, detém-se apenas nesta última, a Arquitetura, seja em si ou integrada na forma urbana.

O entendimento crítico e científico de Camillo Boito

Na conferência, em vez da intervenção física, Boito advogava a contenção no trato dos monumentos, lembrando preliminarmente, aos restauradores, do cuidado quanto à “falsificação do antigo” nas obras de “reintegração”. Insistia na *conservação periódica*, pois cada edificação constituía um objeto único e distinto. As obras antigas, ditas monumentos, deviam ser consideradas valiosos *documentos históricos e culturais*. Impunha-se, deste modo, terem sua integridade material respeitada, tal como ocorre *semelhantermente com as obras escritas* (as obras literárias), cujos textos jamais são alterados com rasuras e nem se lhes mudam as palavras. Em suas considerações, por tais motivos, Boito declarava não se dirigira aos conservadores [de monumentos], mas aos restauradores “pessoas quase sempre supérfluas e perigosas”.

Consciente, por certo, de que suas denúncias não conseguiriam todavia impedir de todo a prática de restaurações, Boito concluía sua conferência, afirmando:

1º. É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar nos monumentos o seu velho aspecto artístico e pitoresco.

2º. É necessário que as decisões de completá-los, caso indispensáveis, e as adições, se não puderem ser evitadas, demonstrem que não são partes antigas, mas obras dos dias atuais.

Consoante o disposto no item 2º, como se percebe, o emprego de técnicas contemporâneas tornou-se a exigência básica e indispensável, obrigatoriamente cumprida, quando de intervenções modificadoras efetivadas em restaurações arquitetônicas.

Os debates críticos sobre relações entre conservação e restauração, ocorridos entre 1884 e 1886, comprovaram que Boito então se destacara como o mais judicioso teorizador europeu em conservação, pois, entre outros avanços, transferia os pontos, previamente discutidos em termos teóricos, para níveis práticos e institucionais, isto é, para a implantação

de uma legislação nacional do patrimônio cultural, posta sob uma direção oficial dos trabalhos.

As “Cartas de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios”

A matéria nova, tratada quando da III Conferência de Arquitetos e Engenheiros, realizada em Roma, em 1883, pôs em questão muitas peculiaridades verificadas nos trabalhos de conservação. Logo se percebeu que os debates deveriam tornar-se públicos e, mais ainda, ficarem devidamente registrados, conjuntamente com as respectivas resoluções aprovadas ao ensejo. Ante a fragmentação de seus trabalhos, as Comissões, então formadas, decidiram constituir grupos interessados na realização de encontros nacionais e internacionais, cujas decisões passassem a se pautar por documentação normativa específica.

Nesse ínterim, o processo foi enriquecido com a contribuição de nomes cuja erudita qualificação se fez presente em vários compartimentos culturais. Entre os mais prestigiosos, pede destaque o tcheco de formação germânica, Max Dvorak (1874-1921), autor do *Catecismo da Preservação dos Monumentos* (1916). Figura vinculada aos estudos de História da Arte, Dvorak foi um dos mentores do resgate do até então desconsiderado Maneirismo, transmutado, desde aqueles dias, em refinada categoria artística autônoma. Paralelamente, Dvorak se distinguiria como renomado teorizador de conceitos que entendem a Arte como criação espiritual.

No período, e até mais à frente, sobressai a participação de Gustavo Giovannoni (1873-1947), italiano, dedicada aos sistemas de organização urbana, ao ensino da Arquitetura e à formação do “arquiteto integral”. Giovannoni insistia na manutenção de velhos conjuntos urbanos deteriorados, todavia, consolidados com técnicas contemporâneas. Concomitantemente, admitia a demolição (“desbastamento”) de obras antigas, sem valia e irrecuperáveis, a fim de criar espaços destinados a oferecer visão desimpedida de monumentos significativos encobertos. Defendia também a inserção de obras novas nos ambientes antigos, porém, expressas com linguagem arquitetônica moderna. Os fundamentos dessas ações apareceram inicialmente discutidos em sua obra *Velhas*

Cidades e Edificações Novas (Vecchie Città ed Edilizia Nuova), publicada em 1913.

Os grandes Congressos Internacionais

Finalmente, em 1931, sob o patrocínio da Sociedade das Nações, realizou-se em Atenas, o esperado Congresso Internacional, ocasião em que as ratificações de decisões já aceitas e as decisões novas constituíram os termos da primeira “Carta de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios [Históricos]”. Nomes expressivos contribuíram para o êxito do evento, entre os quais Gustavo Giovanonni.

No grupo de Cartas Normativas, procedentes da problemática surgida na gestão nacional dos respectivos acervos, pede consequente menção a Carta Italiana de Restauo, já de 1932, revisada em 1972, com seus anexos (*abcd*).

Embora o Congresso de Atenas não tivesse contado com a presença de brasileiros, a Carta então elaborada teria influência direta, seis anos depois, na criação do Serviço, hoje, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, efetivada em atendimento à Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e complementada pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Cartas sobre preservação e restauração no Século XX

Debatido conceitualmente em fins do século XIX, com discussões iniciadas quando de suas duas décadas finais, o tema - conservação *versus* restauração - invadiu o século XX, centúria ao longo da qual foram elaboradas inúmeras “Cartas”, tanto normativas como conceituais. Aquelas, quase sempre envolvidas com a problemática institucional, enquanto as últimas, nas mais das vezes nascidas de debates pertinentes a decisões de âmbito nacional ou assumidas em congressos internacionais.

Preparadas em diferentes circunstâncias, as “Cartas Normativas” têm sido divulgadas pelas respectivas instituições nacionais encarregadas de preservação. Por seu lado, as “Cartas Conceituais” procedem de questões gerais, levantadas em congressos nacionais ou, preferentemente, internacionais.

Cartas recentes formuladas em Congressos Internacionais

No alusivo a Cartas recentes, formuladas por via de debates em Congressos Internacionais, além da mencionada Carta de Atenas, de 1931, devem ser citadas a Carta de Veneza, de 1964, a Carta de Burra (cidade veraneio da Austrália), de 1980, e a Carta de Cracóvia (Polônia), do ano 2000. Cabe lembrar que, quando do Congresso de Cracóvia, o último realizado, os congressistas Andrzej Kadluczka, Giuseppe Cristinelli e Mihály Zádor redigiram um prestimoso texto remissivo, intitulado *Fundamentação teórica do Restauro*, cujo original em italiano foi traduzido em Portugal pelo engenheiro Antônio de Borja Araújo, em 2003 (50 páginas, com versão vocabular e sintaxe à lusitana).

O Brasil

Em terras brasileiras, à parte algumas anteriores manifestações regionais, em boa parte externadas por componentes de velhos grupos tradicionalistas usadas em exaltação de prestígio familiar, a Constituição de 1934, por instigação de intelectuais modernistas, abriu espaços para que, desde 1937 (seis anos, como já apontado, após a publicação da Carta de Atenas), fosse aprovada legislação federal pertinente, ora transcrita:

De acordo com a Lei 378, de 13 de janeiro de 1937 / Ficam criados - Art. 46 / Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

Como medida complementar de regulamentação da Lei nº 378, foi expedido o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, cujo capítulo II trata da instituição dos *Livros de Tombo*, destinados a registrar os bens culturais materiais que têm sua preservação federal oficializada.

Em 1982, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional teve sua estrutura administrativa vastamente ampliada com a criação de Superintendências Estaduais (Fortaleza é sede da 4ª. Superintendência).

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), entidade do Governo Federal destinada a atender às tarefas de preservação e restauração dos monumentos nacionais, bem como à guarda de documentação e à publicação de textos especializados (revistas e monografias) recebeu posteriormente a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nos seus dias iniciais, como providência imediata, foi tentado o preparo de um apanhado geral das obras significativas espalhadas pelo território nacional, levantamento que enfeixava documentação constituída por fotografias, croquis arquitetônicos e curtas referências históricas.

Para execução dos trabalhos, entre outros, foi convidado João José Rescala (1910-1986), o qual, designado para promover a documentação cearense, percorreu o Estado em 1941. Pintor premiado, posteriormente vinculado aos serviços de conservação e restauração de pintura do IPHAN, Rescala tornou-se professor da Universidade Federal da Bahia. Como reflexo de posições radicais da época, algumas originadas de desentendimentos pessoais entre modernistas e adeptos do Neocolonial, as obras cearenses de Arquitetura Eclética, vale também lembrar, não constaram da lista de Rescala.

Por longo período, o IPHAN (desde logo referido como “o Patrimônio”), manteve reduzido quadro administrativo. No começo, havia apenas a sede geral no Rio de Janeiro, Capital da República, e os Distritos, com sede nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife, entregues aos esforços de um grupo mínimo de abnegados. Desde sua fundação e por trinta e um anos, o IPHAN foi superiormente dirigido por Rodrigo de Mello Franco Andrade (1898-1969), figura a quem o autor deste texto presta reverência comovida.

Em restantes áreas do País, tal como nas próprias sedes regionais, muitas tarefas eram diligenciadas por representações honorárias. Este comentarista foi representante honorário do IPHAN no Ceará, isto é, com exercício de atividades graciosas, entre 1957 e 1982. Instalada a Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará em 1965, os

encargos ficaram prazerosamente divididos com numeroso, interessado e desprendido grupo de alunos, cuja qualificação e cujo altruísmo se comprovam com a realização de mais de uma centena de levantamentos gráficos de Arquitetura Antiga, cearense e maranhense, reproduzidos no álbum intitulado *Arquitetura, Memória, Registro / 1968-1983*, publicado pelo IAB/CE em 2019, sob o patrocínio do grupo empresarial M. Dias Branco.

O acervo cearense registrado nos Livros de Tombo

No Ceará, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, Matriz da Cidade do Aracati, com obras iniciadas em 1781 e concluídas em meados do século XIX, foi a primeira edificação inscrita nos Livros de Tombo do IPHAN - Inscrição nº 321, de 24.01.1957, processo 550.T.1956. O registro decorreu de uma solicitação da Prefeitura Municipal contra o pároco, que pretendia alterar os espaços da capela-mor da igreja.

O Teatro José de Alencar, obra centenária de importância maior no acervo arquitetônico cearense, ingressou nos Livros de Tombo do IPHAN conforme a Inscrição nº 479, de 10 de agosto de 1964. Tratava-se de decisão nova e até surpreendente, pois distinguia um exemplar de Arquitetura Eclética, obra datada já do século XX, importada, com estrutura metálica e peças decorativas de fabricação britânica. Acoimado o Teatro com tantos impedimentos, a inesperada decisão, em vista de suas particularidades, pede considerações esclarecedoras.

No IPHAN, as inscrições nos Livros de Tombo eram coordenadas pelo arquiteto Lúcio Costa (1902-1998), nome distinguido como ícone da categoria profissional dos arquitetos brasileiros e nacionalmente famoso após sua vitória no concurso de escolha do plano urbanístico de Brasília em 1956.

Em vista das restrições vigentes à época, cumpre revelar, a inscrição do Teatro José de Alencar, como Monumento Nacional, resultou de um estratégia montado pelo autor deste texto. Em certa ocasião, na sede do IPHAN, no Rio de Janeiro, ao exibir fotografias de casas rurais cearenses com vastos telhados prismáticos, tipologia de especial agrado de Lúcio Costa, o autor destes comentários incluiu um conjunto de diapositivos coloridos do Teatro. Encerrada a projeção, o Mestre, entusiasmado, e

surpreendentemente interessado, decidiu, *motu proprio*, pela inclusão do Teatro José de Alencar nos Livros de Tombo do IPHAN. No episódio, sem dúvida, prevalecera o aforismo milenar de Confúcio - “mais vale uma imagem do que mil palavras”.

Antes do registro, a conservação do Teatro ocorrera de modo reprovável, pois, além da introdução de escadas metálicas internas, com péssimo acabamento, da oxidação de elementos estruturais e de modificações no piso do pátio interno, no palco e em outros pontos da edificação, o conjunto original de cadeiras Thonet, de madeira vergada, desmontáveis, com assento e encosto de palhinha, havia sido trocado por cadeiras de linha comercial, vulgar, com estofado de plástico!

As cadeiras antigas retiradas, mais conhecidas como “austriacas”, eram fabricadas industrialmente em câmaras de vapor desde 1830, pelo alemão Michael Thonet (1796-1871), radicado na Áustria, com generalizada aceitação internacional, em particular no Brasil. No Teatro, quando do descarte, um pequeno lote das cadeiras originais foi transferido para as torrinhas. Serviriam de modelo para a aquisição das cadeiras tipo Thonet, de fabricação nacional, reintroduzidas posteriormente.

Discussões, sem êxito, sobre o que seria o “jardim” do Teatro, referido na documentação antiga, incitaram o governador do Estado engenheiro César Cals de Oliveira Filho, numa decisão pessoal, a mandar remover os serviços ambulatoriais do vizinho Centro de Saúde, fonte provocadora de poluição sonora e atmosférica na plateia do Teatro. Aquela autoridade fez então demolir o conjunto, que fora, em versão, *Art Déco*, a fim de transformar a ampla área lateral desocupada nos belos jardins projetados por Roberto Burle Marx.

Ainda Camillo Boito

À guisa de conclusão, deve-se ter em conta que o texto, ora apresentado, se restringiu ao objetivo de divulgar a contribuição de Camillo Boito à preservação do acervo cultural material antigo. Não se propôs efetuar julgamentos da aplicação dos princípios de Boito no Brasil, nem muito menos no Ceará.

Apêndice

A propósito de vocabulário técnico, o autor destas notas aproveita a ocasião para esclarecer que prefere empregar a palavra “*restauração*”, em vez do italianismo “*restauro*”, difundido em Portugal (na fala e nos textos). Sem dúvida, em terras lusitanas, desde a instrução primária, tem prevalecido o intuito de não se confundir a restauração arquitetônica com a Restauração do trono português (ascensão da Dinastia de Bragança), verificada em 1640, após sessenta anos de domínio espanhol. O episódio, de triste memória para Portugal, beneficiaria largamente o Brasil, conferindo dimensão continental ao território do País.

Ainda quanto à terminologia técnica, embora citada no artigo nº 46 da Lei nº 378, que criou o SPHAN, o autor tem procurado evitar o emprego da palavra “*tombamento*” para designar a inscrição de um bem cultural material nos Livros de Tombo (i. é, em Livros de Arrolamento) do IPHAN. O vocábulo, de uso corrente no Brasil, porta significação ambígua, agravada quando expresso em referências a “uma obra tombada”, pelo que é ouvido com motejo em Portugal, onde se diz “obra classificada”, “classificar uma obra”, expressões estas de curso internacional, aliás.

As atividades profissionais do autor, desenvolvidas no campo da preservação de monumentos arquitetônicos, desde os anos distantes de vida universitária no Rio de Janeiro, então capital da República, já se encontram encerradas há bom tempo, além de que, novas e atuais situações, têm pedido outros tipos de enfrentamento. A participação deste comentarista, na verdade, não passou de um frágil elo na longa cadeia montada por seus mestres antecessores, cadeia que prosseguiu e prossegue com a contribuição daqueles que o sucederam. A realização graciosa de tarefas especializadas no campo da Arquitetura Antiga afigurara-se ao autor deste artigo um modo de ressarcir a educação gratuita recebida no transcurso de sua formação fundamental, média e superior, com custos subsidiados pelos contribuintes, nas mais das vezes despossuídos.

BIBLIOGRAFIA

- BOITO, Camillo. *Il nuovo e l'antico in Architettura*. A cura de Maria Antonietta Crippa. Milano: Jaca Book, 1989.
- _____. *Os restauradores*. Conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- CASTRO, José Liberal de. O Centenário do Teatro José de Alencar. Fortaleza: *Revista do Instituto do Ceará*, 124, 2010, p. 73-150.
- _____. Preservação do Patrimônio Cultural. Fortaleza, *Revista do Instituto do Ceará*, 122, 2008, p. 99-148.
- COLETÂNEA de Leis sobre a Preservação do Patrimônio. Brasília: Edições do Patrimônio, 2006.
- CRISTINELLI, Giuseppe, KADLUCZKA, Andrzej & ZÁDOR, Mihály. *Fundamentação teórica do Restauro*. (trad. do italiano por Antonio de Borja Araújo). [Lisboa ?], s. n., 2003.
- DVORAK, Max. *Catecismo da preservação dos monumentos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- GIOVANNONI, Gustavo. *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*. 2. ed. Milano: Città Studi, 1995.
- INVENTÁRIO Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: Edições do Patrimônio, 2006.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Gustavo Giovannoni / Textos escolhidos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.
- RIEGL, Aloïs. *El culto moderno de los monumentos*. Madrid, Visor, 1999.
- RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture*. London: George Allen & Unwin, 1925.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe. au XVIe. siècle*. Paris: B. Dance, 1858, 10 v., v.8.
- VITRUVIO POLION, Marco. *Los Diez Libros de Arquitectura*. Trad. latim Joseph Ortiz y Sanz. Madrid: Imprensa Real, 1787.

SUMÁRIO

Este artigo trata da contribuição do arquiteto, historiador e teórico italiano Camillo Boito (1836-1914), divulgada em debates efetuados em fins do século XIX, envolvendo conceitos pertinentes à preservação das criações culturais materiais antigas. Boito assumia posição antagônica aos princípios de restauração de obras vetustas, que lhes alteravam a aparência física. Recusava, portanto, a restauração e defendia com veemência os trabalhos de preservação, tomando-os como uma decisão de respeito à integridade dos monumentos.

ABSTRACT

This work intends to comment on the contribution of Camillo Boito (1836-1914), Italian architect, historian and theorist, to the subject of discussions occurring by the end of the 19th Century. These discussions were about preservation concepts of ancient works, in order to avoid changes of their original physical appearances. Boito refused restoration activities and strongly claimed for preservation works as a decision to respect monuments' integrity.
